

A crise no Zimbabwe

Pio Penna Filho*

O continente africano, desde pelo menos os últimos quinhentos anos, vem sofrendo toda sorte de marginalização e discriminação. O contato com o mundo europeu levou à região, num primeiro momento, o incremento da escravidão e, na seqüência, ao estabelecimento do colonialismo, quando as potências européias dividiram entre si o continente e estruturaram as colônias, nascidas unicamente para servir aos novos senhores. Após a Segunda Guerra Mundial, portanto, num período bastante recente em termos históricos, iniciou-se o processo de descolonização, com a criação de novos Estados, os quais foram forjados através de princípios nem sempre coerentes, sobretudo com relação à sua formação étnica.

O fato dos Estados africanos terem surgido tão recentemente ajuda a entender o quadro desolador em que se encontra a África nos tempos atuais, mas não explica tudo. Tendo suas economias nacionais sido planejadas para atender aos países europeus e mantida sua população em níveis extremamente precários em termos de educação, não contando além disso os Estados Nacionais africanos com capacidade para atender às demandas internas mínimas de saúde e de prover segurança para suas populações, o quadro social é, praticamente na totalidade dos casos, extremamente grave.

Neste contexto, desde o início do ano uma crise de sérias conseqüências vem afligindo o Zimbabwe e colocando em risco a estabilidade econômica e financeira da segunda maior economia da África Austral, uma região rica em recursos naturais, porém prejudicada seriamente pela crônica instabilidade regional e pela estrutura da economia internacional, a qual nos tempos atuais marcada pela globalização da economia e pela sociedade informacional, só tende a agravar a já difícil situação das economias africanas, dependentes basicamente da exportação de produtos agrícolas e minerais, os quais vem tendo seus preços gradualmente reduzidos no mercado internacional.

* Professor do Departamento de História da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT).

MERIDIANO
47
Z

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de
Conjuntura em Relações
Internacionais

Nº 4-5
outubro-novembro – 2000



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A CRISE NO ZIMBABWE

Pio Penna Filho

A CRISE ARGENTINA E O MERCOSUL

Miriam Saraiva

A CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA NA ARGENTINA

Carlos Eduardo Vidigal

OS PROBLEMAS DAS CRISES MONETÁRIAS PÓS GUERRA FRIA E PERSPECTIVAS PARA A ECONOMIA ASIÁTICA

Minoru Nakada

NOVAS MODALIDADES DE PAZ PARA A SEGURANÇA DA ÁSIA-PACÍFICO

Paulo Antônio Pereira Pinto

A MAIOR DEMOCRACIA DO MUNDO?!

Cristina Soreanu Pecequilo

O Zimbábue, após atravessar momentos traumáticos em seu processo de descolonização, que contou inclusive com a luta armada e que foi conturbado pela Declaração Unilateral de Independência, levada a efeito em 1965 pelo governo de Ian Smith, atravessa agora uma fase de “ajuste de contas” com o seu passado recente.

Para se entender as motivações que ameaçam desestabilizar completamente o país é preciso, pois, aprofundar a análise e retroceder no tempo. Assim, uma característica fundamental reside na marginalização da maior parte da população local, que afinal presenciou a independência de seu país sem, no entanto, ver seu padrão de vida elevado. Não seria exagero afirmar que boa parte da população sequer conseguiu alcançar um *status* de “inclusão social”. Passados 20 anos da independência e do reconhecimento pela comunidade internacional do Zimbábue, parece, para os negros zimbabueanos, a hora da ascensão social.

Num país nitidamente estruturado na produção de bens primários, com grande destaque para a agricultura, cerca de 70% das melhores terras encontram-se concentradas nas mãos de fazendeiros brancos, que correspondem a apenas 2% da população total do Zimbábue. Este setor da população é encarado geralmente como remanescente da era colonialismo e também são vistos, via de regra, como usurpadores das terras outrora pertencentes às populações negras que habitavam a região antes da chegada dos europeus. Mas é preciso relativizar a questão e reconhecer que boa parte deles são nascidos e criados no próprio país, o que lhes dá, naturalmente, um sentimento de pertencerem todos ao próprio Zimbábue, o qual encaram, de maneira bastante

“Apesar da crise social crônica, consequência direta da fragilidade econômica, os acontecimentos no Zimbábue apresentam um forte elemento de cunho exclusivamente político que vem servindo como combustível para o desenvolvimento da crise.”

natural, como sua pátria, e não o mundo europeu, como querem crer vários dos líderes negros que atualmente estão estimulando a violência contra os fazendeiros brancos para forçar a reforma agrária. Tornaram-se, pois, alvos prioritários dos excluídos da terra que os identificam com a velha ordem e os associam à sua falta de perspectiva no presente e no futuro imediato.

Apesar da crise social crônica, consequência direta da fragilidade econômica, os acontecimentos no Zimbábue apresentam um forte elemento de cunho exclusivamente político que

vem servindo como combustível para o desenvolvimento da crise. Há vinte anos no poder, o presidente do Zimbábue, Robert Mugabe, vem sofrendo um processo crescente de desgaste político, que culminou, pouco antes da crise, com o fracasso da proposta de seu governo, levada a plebiscito, de inserir na Constituição nacional uma Emenda constitucional que permitiria ao governo distribuir terras sem a necessidade de proceder a indenizações aos proprietários. O resultado do plebiscito, além de negar a proposta governamental, serviu para demonstrar a insatisfação popular com o governo de Mugabe, acusado pela oposição de ter atingido um ponto crítico no quesito corrupção. Vale lembrar que, concomitante ao plebiscito, o Zimbábue atravessava um momento difícil no seu abastecimento de petróleo e derivados – fato motivado pela carência de moeda forte para honrar os compromissos assumidos com as empresas fornecedoras de petróleo –, o que forçou o governo a medidas restritivas na disponibilidade interna de combustíveis, resultando em racionamento ou simplesmente falta total de derivados de petróleo em algumas partes do país. Tudo isso serviu para colocar o governo numa

posição muito difícil perante a opinião pública nacional e mesmo regional.

No plano externo, as atitudes do governo Mugabe desagradam a dois importantes parceiros do país: a República da África do Sul e a Grã-Bretanha. As diferenças políticas entre o Zimbabwe e a África do Sul se apresentam de forma mais evidente no que diz respeito ao conflito da República Democrática do Congo (ex Zaire). Neste caso, a África do Sul vislumbra uma solução negociada para o conflito, opondo-se à intervenção estrangeira e da qual o Zimbabwe, apesar de suas dificuldades econômicas, participa, juntamente com Angola e Namíbia, ao lado do governo de Laurent-Desire Kabila. Muitos críticos de Mugabe culpam a sangria financeira provocada pelo envio de tropas e equipamento militar como uma das causas mais imediatas da crise econômica do país. As posições do governo zimbabweano com relação à Grã-Bretanha também apresentam um quadro negativo no sentido de que há divergências políticas com relação a Londres que se potencializaram com a questão das invasões de fazendas. Segundo o governo do Zimbabwe, os trabalhistas ingleses não estariam dispostos a honrar um compromisso do governo conservador de criar um fundo voltado para a reforma agrária no Zimbabwe. O ponto de vista do *Foreign Office* é de que o governo Mugabe está

desgastado e o país atolado em corrupção, além de não fazer sentido a sua participação no conflito do Congo. Sobre o apoio concedido pelo governo aos veteranos de guerra que ocupam as fazendas, desrespeitando inclusive determinação da instância superior do poder judiciário, que teria definido tais ações como ilegais e ordenado a reintegração de posse, Londres, até onde se sabe, teria demonstrado seu desagrado com a decisão de Mugabe em apoiar tais ações.

Enfim, a crise no Zimbabwe é grave e tem, além de aspectos econômicos, fundamentos políticos. Do ponto de vista político, Mugabe se esforça para se manter no poder e tem usado a crise como possível fator para aglutinar seguidores, o que poderá lhe dar uma sobrevivência política. Mas o paradoxo é que a instrumentalização política da crise tende a agravar a situação econômica do país e a comprometer de vez a economia nacional, haja vista a importância que tem as exportações de produtos agrícolas para o equilíbrio das contas externas do Zimbabwe, setor já evidentemente comprometido pelas invasões e pela destruição de parte da produção das fazendas ocupadas. Por último, vale a pena observar que a crise interna gera também efeitos colaterais negativos para a região como um todo, o que ajuda a afastar ainda mais os investidores estrangeiros África Austral.

Como publicar Artigos em Meridiano 47

O Boletim *Meridiano 47* resulta das contribuições de professores, pesquisadores, estudantes de pós-graduação e profissionais ligados à área, cuja produção intelectual se destine a refletir acerca de temas relevantes para a inserção internacional do Brasil. Além disso, o Boletim *Meridiano 47* conta com a colaboração permanente de um corpo de professores e estudantes de mestrado e doutorado dos Departamentos de Relações Internacionais e de História da Universidade de Brasília.

Os arquivos com artigos para o Boletim *Meridiano 47* devem conter até 90 linhas (ou 3 laudas) digitadas em Word 2000 (ou compatível), espaço 1,5, tipo 12, com extensão em torno de 5.500 caracteres. O artigo deve ser assinado, contendo o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional. Os arquivos devem ser enviados para editoria@relnet.com.br, indicando na linha *Assunto* "Contribuição para Meridiano 47".

A crise argentina e o Mercosul

Miriam Saraiva *

A crise atual que atravessa o governo argentino traz expectativas para os agentes econômicos, assim como para outros atores que se vinculam ao processo de integração dos dois lados acerca do futuro (ao menos próximo) do Mercosul. Esta crise, porém, não é primeira dificuldade – e provavelmente não será a última – que marca a aproximação entre dois países com diferenças nítidas em relação ao modelo econômico e às opções de política exterior.

A passagem para os anos noventa trouxe modificações tanto de caráter externo (fim do bipolarismo, nova ordem de corte mais liberal e globalizado nos campos político e econômico) quanto interno (consolidação da democracia, crise econômica e no modelo de desenvolvimento) que tiveram impacto sobre a conjuntura doméstica do Brasil e da Argentina, e, como decorrência, tiveram um peso decisivo sobre o processo de integração entre

“A crescente internacionalização dos circuitos produtivos e a transnacionalização do movimento de capitais e investimentos, levou os Estados a competirem para atrair investimentos, enquanto Brasil e Argentina, no final dos anos 80, conviviam com os problemas econômicos internos e, conseqüentemente, dificuldades de inserção na economia internacional.”

ambos. No entanto, o resultado deste impacto não foi igual para os dois países.

Do lado argentino, a década de noventa teve um caráter de continuidade importante para se entender seu comportamento no período. A gestão política caracterizou-se praticamente por um único presidente, e a adoção de um projeto de ajuste da economia – Plano de Convertibilidade – que concluiu sua abertura para o exterior (processo que já vinha ocorrendo desde o final dos anos setenta) e engessou a economia e o câmbio argentinos. Em termos políticos, a administração de Carlos Menem, implementou, junto com o Plano de Convertibilidade, uma reforma do Estado e das relações deste com a economia nacional.

No campo das relações exteriores, a política externa foi utilizada pelo governo como instrumento de estabilização de alianças político e econômicas internacionais que poderiam

* Professora do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

favorecer através de insumos o novo projeto de Estado. Uma aliança no campo político com os Estados Unidos passou a ocupar um lugar central no comportamento externo do país, enquanto em termos econômicos a opção argentina ficou mais orientada para uma parceria com o Brasil. Mas sempre buscando fazer jus da abertura para o exterior que sua economia desfrutava.

O Brasil, durante o período, experimentou uma trajetória diferente do seu grande vizinho platino. Enquanto esta manteve uma regularidade em função da longevidade do governo Menem, a política doméstica brasileira foi menos contínua, com três presidentes distintos que, com características diferentes, não deram seqüência a um mesmo projeto econômico. Embora os esforços de ajuste da economia tenham sido presentes durante toda a década, o processo conviveu com avanços e recuos no sentido das reformas de abertura. A ascensão de Collor de Mello foi marcada pela opção por uma abertura da economia com vistas a um crescimento articulado com os insumos e mercados externos, mas que teve menos êxito que no caso argentino, em função de resistências internas e outros problemas de corte político-administrativo. O fim prematuro do governo Collor e a ascensão de Itamar Franco à presidência comprometeu por um tempo o pensamento mais liberal; o ajuste estrutural da economia foi sendo conduzido então de forma mais incerta, entre um pensamento liberal de abertura econômica e resistências de uma parcela do empresariado nacional a um ajuste aberturista. A indefinição da estratégia de desenvolvimento dificultou a formulação do comportamento externo.

O lançamento do Plano Real, em meados de 1994 e a eleição de Cardoso reorientaram os

esforços do governo no sentido das reformas de liberalização, mas que não proporcionaram uma trajetória tão direta como no caso argentino. Conviveu, ainda, com uma tensão entre uma vertente de adaptação mais relutante às mudanças internacionais, e outra mais definitivamente neoliberal.

Em termos das relações exteriores o Brasil também não manteve uma continuidade. O paradigma que regia anteriormente o comportamento externo do país foi questionado com a busca de uma redefinição, mas as mesmas idas e vindas que caracterizaram o campo econômico tiveram lugar na política externa. Neste caso, conviveram uma vertente mais autonomista com outra de corte mais liberal assumindo pesos diferentes no decorrer da década em relação às relações econômicas externas e às opções na política internacional.

Esta situação de diferenças teve impactos no processo de aproximação entre ambos. Os primeiros passos do Mercosul orientaram-se a partir de semelhanças que se esboçavam no início da década. O novo cenário internacional de economia globalizada com estímulos e pressões para a abertura econômica e ajustes de corte neoliberal trouxe incentivos para processos de integração regional. A crescente internacionalização dos circuitos produtivos e a transnacionalização do movimento de capitais e investimentos, levou os Estados a competirem para atrair investimentos, enquanto Brasil e Argentina, no final dos anos 80, conviviam com os problemas econômicos internos e, conseqüentemente, dificuldades de inserção na economia internacional. Internamente, as gestões Menem e Collor coincidiam na adoção de programas de liberalização.

Neste contexto, o novo formato de integração mais adaptado ao modelo econômico

neoliberal foi visto como uma forma de aumentar sua capacidade de competir por insumos externos no campo econômico, assim como enfrentar desafios e pressões internos e externos resultantes da economia globalizada. O Mercosul caracterizou-se assim, em geral, pela abertura ao exterior com vistas a liberalização das economias em relação a terceiros países e, ao mesmo tempo, buscando tornar-se mais atraentes para o capital externo em geral. A opção pelo processo de integração de caráter aberto e funcionando como canal de inserção na economia internacional colocou-se como mecanismo importante no arco das ações externas.

Mas as diferenças internas assinaladas tornaram o processo de aproximação mais irregular, assim como um maior número de obstáculos que foram colocando-se de acordo com as conjunturas econômicas que se apresentavam de um ou outro lado. Isto fez com que este processo experimentasse etapas favoráveis, entremeadas com períodos de maior pessimismo e estagnação.

A ascensão de Itamar Franco trouxe consigo uma visão mais nacionalista do projeto de abertura econômica e de integração regional (com a proposta da Área de Livre Comércio Sul-Americana), e as diferenças nas políticas cambiais obstaculizaram uma aproximação tal qual era prevista na agenda do Tratado de Assunção. Mas o Plano Real do final da gestão, assim como o envolvimento progressivo de agentes econômicos ao processo, abriram nova etapa de aproximação que coincidiu com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto (dezembro de 1994), que estabeleceu uma nova fase de união aduaneira, embora incompleta.

Mas as expectativas de maior articulação no campo macroeconômico foram se esvanecendo

nos anos que se seguiram. As crises internacionais (mexicana e russa) trouxeram à tona os perigos das duas economias e mostraram as diferenças macroeconômicas que persistiam entre os parceiros. As negociações levadas a cabo pelo grupo com parceiros externos – como o Pacto Andino e a formação da ALCA – deixavam claras as diferenças em relação ao tipo e grau de abertura das duas economias para o exterior. Por fim, a desvalorização do real do início de 1999 e a percepção de que a economia argentina não poderia de nenhuma forma acompanhar este movimento aumentou as desesperanças de integração.

O fim da administração Menem e eleição de Fernando de la Rúa deixou em aberto outra vez as possibilidades de maior acercamento. A disposição apontada pelo novo presidente no sentido de maior aproximação com o Brasil no campo de política externa (manifesta no caso da crise peruana) descortinou uma nova disposição por parte da Argentina, mas que não obteve eco no campo econômico. A economia argentina seguiu engessada e a gestão política desta crise vem enfrentando problemas.

Em termos gerais, o processo de integração conviveu (e segue convivendo) com problemas entre os parceiros, decorrentes das diferenças entre ambos, tornando-os mais sensíveis às conjunturas econômicas e políticas de crise. Mas traz em seu bojo, por outro lado, um esforço político-diplomático (que varia de acordo com o momento) assim como de agentes econômicos dos dois lados, que o empurra para a frente. A crise atual da economia argentina e sua origem – as mazelas do Plano de Convertibilidade – de fato são preocupantes, mas o Mercosul, como bloco, mais cedo ou mais tarde deve encontrar formas de digerí-la.

A crise política e econômica na Argentina

Carlos Eduardo Vidigal*

Lo que sí es cierto es que esta falta de confianza no se sustenta en hechos reales, en la solvencia de la Argentina. (...) Es decir, no hay ninguna razón objetiva para la desconfianza.

José Luis Machinea, Ministro da Economia (Entrevista ao jornal *La Nación*, 15.10.00)

A crise política e econômica da Argentina, que se agravou substancialmente nas últimas semanas, não se fez acompanhar, até agora, de medidas à altura do quadro atual do país. As medidas anunciadas na sexta-feira, dia 10 de novembro, e o socorro financeiro que está sendo negociado com o Fundo Monetário Internacional poderão dar um certo fôlego ao governo, mas estão longe de se configurar em uma alternativa segura para a superação de seus problemas financeiros, cambiais e fiscais. Além disso, o aumento do nível de desemprego e o empobrecimento das províncias argentinas, acrescentam novos ingredientes no já tumultuado processo político argentino.

É nesse cenário de incertezas que o governo do presidente Fernando De la Rúa se esforça para transmitir uma imagem de serenidade e segurança. É o que se viu no anúncio das novas medidas, que incluem mudanças

“O crescimento do país, entretanto, está seriamente comprometido pelo fato do modelo econômico menemista ter se esgotado, sem que se cumprissem duas de suas metas mais ambiciosas: o equilíbrio dos gastos públicos, que seria obtido por meio do agressivo plano de privatizações, e a modernização da indústria, de forma a torná-la mais competitiva nos mercados externos.”

profundas no sistema previdenciário argentino, como a elevação da idade de aposentadoria das mulheres de 60 para 65 anos, e o congelamento, por cinco anos, dos gastos do governo central e das províncias. Porém, as palavras pronunciadas pelo Ministro da Economia, José Luis Machinea, em entrevista concedida à imprensa, pouco contribuíram para tranquilizar empresários, trabalhadores e demais setores da sociedade.

É bem verdade que Machinea referia-se apenas à solvência da Argentina frente aos seus compromissos financeiros externos e nesse caso o ministro está parcialmente correto. O empréstimo de 20 bilhões de dólares servirá para dar um fôlego de seis meses à Argentina. E talvez somente para isso. A quantia é suficiente para fazer frente aos 19,5 bilhões de dólares de débitos oficiais que vencerão em 2001, sendo que US\$ 6,6 bilhões vencem

em fevereiro e março. Daria para mais, se o último pacote do governo De la Rúa – o quarto em onze meses de governo – fosse suficiente para reaquecer a economia argentina. Porém, o desânimo com que as medidas foram recebidas no meio empresarial não aponta para a retomada do crescimento.

A crise econômica é grave. Tão grave que fez com que surgissem boatos a respeito de uma eventual queda de Machinea e ao aparecimento de dois eventuais candidatos ao cargo: Ricardo López Murphy e Domingo Cavallo. A menção do nome de Cavallo torna sintomática a crise governamental. Segundo alguns analistas políticos, a chegada de López Murphy, Ministro da Defesa, ao comando da economia argentina colocaria a *Alianza* – aliança entre a UCR (União Cívica Radical) e a FREPASO (Frente País Solidário), responsável pela eleição de De la Rúa – em situação precária, mas a nomeação de Cavallo comprometeria definitivamente o futuro da Alianza.

O mais provável é que Machinea seguirá como ministro, pelo menos enquanto a ajuda externa possibilitar a rolagem da dívida argentina, desde que a crise política não se agrave. A previsão é que em 2001 as contas argentinas estarão em dia. Nesse cenário, a recuperação da economia poderia livrar a Argentina de uma nova crise e seu governo poderia ganhar alguma estabilidade.

O crescimento do país, entretanto, está seriamente comprometido pelo fato do modelo econômico menemista ter se esgotado, sem que se cumprissem duas de suas metas mais ambiciosas: o equilíbrio dos gastos públicos, que seria obtido por meio do agressivo plano de privatizações, e a modernização da indústria, de forma a torná-la mais competitiva nos mercados externos. Acrescenta-se a isso o fato do emprésti-

mo do FMI estar condicionado ao corte dos gastos públicos, o que não conta com a simpatia dos governadores provinciais, principalmente os peronistas, que controlam 14 das 23 províncias.

O problema é que o interior argentino empobreceu muito na última década, o que, juntamente com o desemprego, gera um clima de intranquilidade. Os protestos de desempregados aumentam e têm levado a explosões sociais, como a da cidade de Tartagal, nos primeiros dias de novembro, quando desempregados incendiaram edifícios públicos e levaram dezenas de fuzis da delegacia local. Por outro lado, instituições como a Igreja católica têm se posicionado em favor de um modelo econômico mais justo, capaz de conciliar as necessidades de uma política econômica austera com um volume maior de investimentos sociais.

Segundo documento divulgado pela Conferência Episcopal, ao final de sua 80ª assembléia plenária, a crise argentina tem “nomes, sobrenomes, espíritos e rostos” e se reveste, antes de mais nada, em um problema moral. A origem estaria nos aspectos negativos da globalização e da “tirania dos mercados”: a exclusão social, a crescente brecha entre ricos e pobres, insegurança, corrupção, violência familiar e social, falências na educação e na saúde pública.

Assim, o principal desafio da economia argentina não se resume – como todos dizem – ao crescimento com a manutenção da paridade entre o peso e o dólar. Deve-se acrescentar a necessidade de investimentos mais sólidos na área social, incluindo uma política de geração de empregos. Seria possível conciliar os três objetivos? Provavelmente não, visto que o FMI continua atrelando os empréstimos externos ao controle dos gastos públicos, o que implica a redução de investimentos e mesmo de salários. Ademais,

grandes investimentos na área social, segundo a ótica do FMI, poderiam agravar o problema. O que resta?

Talvez uma nova atitude das autoridades argentinas, capaz de abrir um amplo debate sobre dois tabus da Argentina contemporânea: as diretrizes econômicas liberais e a conversibilidade. O fim da paridade peso-dólar, mesmo com seu elevado custo social, poderia ser um primeiro passo para o reaquecimento da economia argentina. Porém, os argentinos não estão dispostos a abandonar a paridade, uma vez que 70% da dívida privada está contratada em dólar. Segundo Cavallo, o argentino não tem mais confiança em uma moeda que não seja conversível e nunca vai aceitar a desvalorização.

As perspectivas não são boas, ainda mais quando o próprio Ministro da Economia afirma

que foram os rumores a respeito da capacidade argentina para crescer que geraram grande desconfiança nos mercados. Ao contrário do que diz Machinea, a desconfiança em relação à Argentina se sustenta em fatos reais e possui várias razões objetivas. É fruto da necessidade do país de recorrer a um novo empréstimo externo, das vacilações do governo na apuração das denúncias de corrupção no Senado, da renúncia do vice-presidente Carlos Alvarez, das mudanças ocorridas no ministério no primeiro ano de governo, do aumento do desemprego, da violência urbana e da insegurança, das dificuldades encontradas nas negociações do Mercosul. Talvez seja a hora da Argentina discutir um novo pacto social, sob pena de ter seus problemas agravados ainda mais em um futuro não muito distante.

O que é o IBRI

O *Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI*, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de promover a ampliação do debate acerca das relações internacionais contemporâneas e dos desafios da inserção internacional do Brasil. Fundado em 1954 no Rio de Janeiro, onde atuou por quase quarenta anos, e reestruturado e reconstituído em Brasília em 1993, o *IBRI* desempenha desde as suas origens um importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil. O *IBRI* atua em colaboração com instituições culturais e acadêmicas brasileiras e estrangeiras, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão e reflexão, promovendo atividades de formação e atualização para o grande público (conferências, seminários e cursos), e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a *Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI*.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Jennifer Cristino Raposo, Luiz Fernando Ligiéro

Para conhecer as atividades do IBRI, visite a homepage em <http://www.ibri-rbpi.org.br>

Os problemas das crises monetárias pós guerra fria e perspectivas para a economia asiática

Minoru Nakada*

Apesar de estarmos neste momento vivenciando um período de relativa estabilidade cambial no cenário internacional, é necessário refletirmos qual deverá ser o passo a ser tomado no futuro para que não ocorram as tragédias que assolaram a região asiática recentemente.

Com o término da Segunda Guerra Mundial, sob a liderança dos Estados Unidos que detinham cerca de 50% do PIB mundial na época (atualmente já caiu para cerca de 20%), os países aliados se reuniram num pequeno vilarejo chamado Bretton Woods (New Hampshire, EUA) em 1944 para a reconstrução da economia mundial, criando o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Grupo Banco Mundial. O FMI fora criado basicamente para a manutenção da estabilidade cambial internacional, tendo como âncora o dólar com lastro ouro, pois na época era sabido que possuir dólar era o mesmo que possuir ouro (havia a proposta de Keynes de criar a moeda internacional denominada *bancor*, mas fora adotada a proposta americana de White). Por outro lado, para a reconstrução dos países que haviam sido arrasados na Guerra, fora criado o Banco Mundial para financiar empréstimos a juros baixos e prazos dilatados. Ainda, para evitar a

“Assim sendo, no caso europeu, criou-se um ambiente ótimo de estabilidade cambial pois se exigiu condições e superação de metas econômicas para que os países pudessem integrar à moeda única (metas estas que são na área de déficit público, dívida interna e externa, inflação, juros e estabilidade cambial), o que poderá favorecer a entrada de investimentos externos.”

elevação discriminatória das tarifas alfandegárias que foi um dos estopins que ocasionou a Segunda Guerra Mundial, se deu início às negociações do GATT (General Agreement on Tariff and Trade) em 1947 sob o alicerce do Tratamento da Nação Mais Favorecida, apesar do fiasco da OIC (Organização Internacional do Comércio). Este é o comumente conhecido sistema Bretton Woods-GATT.

Nesta nova ordem econômica mundial, os progressos na área comercial foram muitos principalmente com a ratificação do protocolo de Marrakesh e a criação da OMC (Organização Mundial do Comércio) em 1995, após oito anos de negociações na Rodada do Uruguai. Entretanto, o Sistema Bretton Woods esteve em cheque no período pós-guerra fria com a instabilidade cambial e financeira se alastrando no palco internacional. Vários países foram alvos de crises cambiais como em alguns países europeus como Inglaterra e Itália no início desta década, no México em 1994 e em países asiáticos como Tailândia, Coreia do Sul e Indonésia em 1997.

Em verdade, esta instabilidade cambial a nível internacional não teria a sua raiz na derrocada do dólar com o “choque de Nixon” em 1971,

* Bacharel em Direito pela UFMG e mestre em Direito Internacional Público e Econômico pela Universidade de Kyoto – Japão.

na qual o sistema monetário internacional estava ancorado? É notório que durante o período auge da guerra fria, os EUA haviam sido conduzidos para a pacificação com a União Soviética através da diplomacia do presidente Kennedy, mas após o seu assassinato, a convivência entre ambos os países se deterioraram, acarretando a guerra do Vietnã, o que não apenas piorou a crise da guerra fria como deixou enormes prejuízos financeiros aos EUA com a sua derrota. E os EUA simplesmente deixaram de lado a política de austeridade monetária para poder financiar a guerra, o que tornou insustentável a manutenção do câmbio fixo com o lastro ouro, forçando à flutuação do câmbio. Assim sendo, a partir da década de 80, com o declínio do dólar no cenário internacional, surgiram moedas como o iene japonês e o marco alemão para dar sustentação ao sistema monetário internacional. Entretanto, no caso do iene, com a explosão da bolha econômica japonesa em 1989, não correspondera à expectativa da comunidade internacional, perdendo substancialmente a sua credibilidade, o que ocasionara grande instabilidade cambial (Há necessidade de se implantar um maior “desclosure”, dando transparência e abertura de informações para que o mercado possa dar credibilidade, tomando medidas que busquem mudanças estruturais e macroeconômicas que tragam conseqüências a longo prazo). Por outro lado, a Alemanha e os países europeus ratificaram o Tratado de Maastricht em 1992 e estão implementando a Moeda Única a partir de 1999, o que traz uma grande expectativa para a estabilidade cambial mundial, podendo complementar o sistema Bretton Woods e ser uma alternativa sólida para competir com o dólar neste cenário internacional pós-guerra fria.

Assim sendo, no caso europeu, criou-se um ambiente ótimo de estabilidade cambial pois se exigiu condições e superação de metas econômicas para que os países pudessem integrar à moeda única (metas estas que são na área

de déficit público, dívida interna e externa, inflação, juros e estabilidade cambial), o que poderá favorecer a entrada de investimentos externos. Quanto à crise mexicana, a solução fora dada pelos empréstimos vultuosos que os EUA concedera dentro dos parâmetros do Nafta. Entretanto, na crise asiática, ainda não havia uma melhor estruturação econômica dos países integrantes da ASEAN (Association of Southeast Asian Nations), e nem mesmo a maior potência asiática, o Japão, pôde tomar medidas para socorrer estas economias. Assim sendo, estando “quebradas” com as reservas internacionais sem fundo, não restou à Tailândia, Coreia do Sul e Indonésia bater as portas do FMI. Todavia, apesar do socorro financeiro, as medidas apregoadas pelo FMI colocaram a condição econômica destes países em situação muito traumáticas, principalmente no caso da Indonésia, o que está sendo alvo de críticas pelos países do sudeste asiático, no sentido de que não fora receitado um remédio adequado.

Tendo em vista este panorama apresentado, creio que poderia apresentar algumas conclusões através da recente crise monetária asiática:

a) A começar do Japão, a economia asiática perdera momentaneamente o rumo a ser seguido, deixando transparecer que ainda não possui um fundamento econômico sólido. Desta forma, a chave para o desenvolvimento asiático está na recuperação econômica do Japão, o crescimento da economia chinesa e o sucesso na implantação do AFTA (Asean Free Trade Agreement).

b) Apesar de existir proposta para a criação do Fundo Monetário Asiático, vê-se a necessidade de ser repensado o papel do FMI. Creio que existe a necessidade de se criar uma nova instituição que consiga analisar, controlar e corresponder com maior eficácia o mercado financeiro e as políticas econômicas adotadas pelos países dentro de um contexto de globalização da economia mundial. Neste ínterim, creio que o papel da União Monetária Européia poderá se tornar fundamental.

Novas modalidades de paz para a segurança da Ásia-Pacífico

Paulo Antônio Pereira Pinto*

Na Ásia-Pacífico está em curso uma dinâmica bastante rica que, a partir de acelerada integração econômica, faz surgir agenda de preocupações próprias que busca solucionar questões de segurança, transformações sociais, culturais e políticas. Nesse processo, amadurecem tendências e paradigmas que encaram o desafio de criar, em nível regional, marcos de referência que permitam afirmar valores, idéias e crenças, consolidadas através de uma história compartilhada em geografia determinada.

Quanto à segurança, a transição da bipolaridade para a multipolaridade mundial tem exercido impacto profundo e sem precedentes. Experimentam-se, aqui, ajustamentos nas relações entre países da área, bem como entre estes e potências externas. Nessa perspectiva, propõe-se, a seguir, análise sobre exercício de reflexão quanto a modalidades de paz que estão sendo consideradas nesta parte do mundo, onde, durante quase meio século, consolidaram-se estruturas de con-

“Nessa perspectiva, o conceito regional de segurança não se resume mais a fatores como os de defesa de territórios, dissuasão militar e competição entre alianças. Eventos recentes, como o colapso dos regimes autoritários na Europa Oriental e a emergência de vastos blocos comerciais, no continente europeu e América do Norte, atestam que existiriam, agora, ameaças diversificadas à estabilidade dos Estados.”

frontação do período da Guerra Fria.

Parece ser cabível afirmar, a propósito, que, no estudo da história moderna das relações internacionais, normas européias de pensar a vida política e econômica dos estados têm sido consideradas como dogmas aplicáveis universalmente. O papel hegemônico desempenhado, há tanto tempo, pelo velho continente e América do Norte explicaria essa tendência. Com o fenômeno recente da emergência econômica e estratégica da Bacia do Pacífico, no entanto, começa-se a ver com naturalidade a viabilidade de cenários futuros que não dependam, inevitavelmente, de raciocínios sobre o equilíbrio de poder elaborados a partir de “Paz de Westphalia”, forjada no Século XVII, ou no Tratado de Utrecht, no XVIII.

Algumas idéias geradas, no momento, em centros de estudos estratégicos asiáticos propõem deixar de lado as teorias de “power politics”, com suas fórmulas de dominação dos fra-

* Diplomata. As opiniões veiculadas neste artigo não refletem o ponto de vista do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

cos pelos fortes, bem como passam a especular quanto à possibilidade de que, com sua ascensão econômica e política, a Ásia possa fazer valer alguns dos enunciados de seus “cinco princípios de coexistência pacífica” ou dos “dez princípios de Bandung”, nos quais ênfase é atribuída à criação de um “mundo pluralístico onde todos os países seriam colocados em nível de igualdade”.

Nesta perspectiva, o conceito de segurança regional que ora se discute na maioria dos Centros de Estudos Estratégicos da Ásia-Pacífico leva em conta conjunto de fatores muito mais complexos do que os existentes durante a fase da Guerra Fria, entre estes os seguintes:

- A) Uma noção mais abrangente de ameaça à segurança, que incluía, não apenas o perigo de agressão militar, mas também limitações impostas nos setores econômico, científico, tecnológico, político e cultural;
- B) A pluralização das fontes de ameaças, que poderiam vir a proceder não apenas das potências tradicionais, mas também de outras direções, dependendo de sua natureza ou alcance;
- C) A descentralização das fontes de poder, como consequência do colapso da estrutura bipolar de concentração EUA-URSS, e a dispersão dos polos políticos e econômicos através da Ásia-Pacífico, o que torna o controle da área por uma única potência extremamente difícil;
- D) A tendência à multilateralização, como foro de coordenação dos fatores de segurança regional, na medida em que, conforme mencionado no item anterior, seria impossível a uma única potência assumir a hegemonia regional. Exemplo desta evolução é encon-

trado no debate estabelecido desde a primeira reunião do ASEAN-Regional-Forum, realizada em Bangkok, em meados de julho de 1994;

- E) O relaxamento de tensões, resultante da crescente interdependência entre as economias asiáticas e do visível desejo de todas as nações da área, quanto a priorizar moldura de estabilidade que continue a proporcionar o atual ritmo de desenvolvimento.

Nessa perspectiva, o conceito regional de segurança não se resume mais a fatores como os de defesa de territórios, dissuasão militar e competição entre alianças. Eventos recentes, como o colapso dos regimes autoritários na Europa Oriental e a emergência de vastos blocos comerciais, no continente europeu e América do Norte, atestam que existiriam, agora, ameaças diversificadas à estabilidade dos Estados.

Como consequência, os países da área passaram a associar “segurança” com a capacidade de cada nação e da região como um todo, tanto de promover o desenvolvimento econômico e de atender a amplo leque de demandas da sociedade civil, quanto de resistir à agressão externa. Tal conceito foi definido como de “resilience”, seja no plano nacional ou regional.

Durante a fase de bipolaridade mundial, tratava-se, principalmente, de conter o perigo do expansionismo de uma das superpotências, dependendo da opção ideológica que cada capital houvesse feito. Para tanto, criou-se, entre os aliados do Ocidente, toda uma bem sucedida aliança contra Moscou, enquanto se fortaleceram os vínculos entre a então União Soviética e sua área de influência.

A partir do colapso da URSS e do paradigma de lalta, deixou de existir uma das fontes tradicionais de ameaça. O que restou do

Comunismo, desde então, não seria mais uma linha divisória, separando inimigos. Um pragmatismo saudável, voltado para o intercâmbio econômico e desvinculado de considerações ideológicas, passou a prevalecer nas relações entre os Estados. Rússia, China e Vietnã estabeleceram vínculos diplomáticos com a Coreia do Sul, enquanto a RPC e a Indonésia restabeleceram os seus. Washington e Hanói trocaram Embaixadores.

O mesmo aparato de segurança estabelecido na Ásia-Pacífico, durante a Guerra Fria, permanece instalado. Este tem-se, no entanto, mostrado inadequado para eliminar focos de instabilidade, que agora emergem como prioritários e demandam novas modalidades de cooperação para solucioná-los.

A análise das transformações em curso no cenário internacional permite verificar que as mesmas já não ocorrem, como acontecia no período da Guerra Fria, em função de regras previsíveis, tendo como referência pólos de poder definidos então pelas superpotências.

Hoje, um agrupamento regional como a ASEAN pode almejar tornar-se um foro de agregação, capaz de aproximar interesses convergen-

tes de seu quase meio bilhão de habitantes e mais os 1,2 bilhões da China, através de esforços de integração econômica e a formulação de políticas asiáticas comuns para novos temas, como o dos Direitos Humanos, Democracia e Meio ambiente. Pretende, também, constituir-se em foro de mediador de disputas que, nessa fase pós-Guerra Fria, ressurgiram ou foram geradas na Ásia-Pacífico.

Fica pendente a questão sobre quais os mecanismos que servirão como nova modalidades de paz, entre as nações para a sustentabilidade do desenvolvimento econômico que ora caracteriza a parte do mundo em estudo.

Serão estes instrumentos determinados pela globalização, que reorganiza o sistema político e econômico internacional, aprofundando a internacionalização da produção e redefinindo as formas de inserção, na economia mundial, das distintas regiões do planeta?

Ou prevalecerá, na Ásia-Pacífico, o somatório de interesses compartilhados por diferentes nações que, a partir de dinâmica regional própria, negociariam entre si uma agenda comum a ser apresentada, em seguida, a outros povos do mundo?

Sobre Meridiano 47

O *Boletim Meridiano 47* não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários. *Meridiano 47* é uma publicação digital, distribuído exclusivamente em *RelNet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais* (www.relnet.com.br), iniciativa da qual o IBRI foi o primeiro parceiro de conteúdo. Para ler o formato digital, distribuído em PDF (*Portable Document Format*) e que pode ser livremente reproduzido, é necessário ter instalado em seu computador o software *Adobe Acrobat Reader*, versão 3.0 ou superior, que é descarregado gratuitamente em www.adobe.com.br/.

© 2000 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

A Maior Democracia do Mundo?!

Cristina Soreanu Pecequilo*

Uma das afirmações mais conhecidas da política é a de que os EUA são a maior democracia do mundo. Sustentada pela idéia de que todos possuem o direito de atuar na esfera pública por meio da participação direta ou elegendo representantes, esta imagem se dissemina desde a primeira e única constituição de 1789. A universalização destes princípios é um dos mais tra-

dicionais bastiões da política externa, aparecendo com frequência em discursos de presidentes e secretários de Estado. Em 1918, Wilson colocou como razão para a participação na Primeira Guerra Mundial a necessidade de “tornar o mundo seguro para as democracias”. Clinton lançou a estratégia do engajamento e da expansão e, na prática, várias foram as interferências em outras sociedades em nome deste regime.

Todavia, nos últimos dias, desde a eleição de 7 de Novembro, estamos nos deparando com uma situação paradoxal: a impossibilidade de se declarar um vencedor para o pleito presidencial por problemas nas votações e de lentidão na apuração e a realidade de que o candidato mais votado pela população talvez não chegue à Casa Branca. Fatores antes somente conhecidos pelos analistas, como a questão de que a eleição presidencial é, na verdade, indireta, realizada por meio de um colégio eleitoral, tem começado a se tornar mais acessíveis à maioria, revelando as verdadeiras feições do sistema político. Dentro da sociedade americana, os cidadãos foram

“Na avidez por notícias, presos à instantaneidade, as informações equilibradas foram substituídas por previsões equivocadas.”

relembrados de como é a mecânica efetiva da eleição.

Nas disputas anteriores, quando a vitória estava clara, com o colégio eleitoral refletindo o voto popular, pouca ou quase nenhuma importância se dava ao fato da eleição ser indireta. Porém, ao sermos confrontados com uma disputa tão apertada, o colégio eleitoral voltou às manchetes. Mas, afinal, o que é este

colégio? O colégio é composto de 538 delegados eleitos pela população durante as convenções estaduais, estando distribuídos segundo a proporção da população dos Estados (Estados mais populosos como Califórnia possuem mais votos do que os menores como a Dakota do Norte, respectivamente 54 e 3 votos). O candidato que ganhar, chegando em primeiro lugar dentro dos Estados pelo voto popular, leva todos os votos daquele Estado no colégio, que se reúne em Dezembro, sendo necessários 270 votos para o presidente ser eleito.

Até o momento, não podemos afirmar quem ganhará, pois encontram-se pendentes 25 votos eleitorais da Florida devido aos problemas na votação popular que passa por uma recontagem (e também no Novo México e Oregon). Oficialmente, a expectativa é que o resultado saía até o dia 17/11, estando condicionado à possibilidade de contestações judiciais. Atualmente, Gore tem 255 votos eleitorais, e 49.222.339 votos populares, Bush, 246 votos eleitorais e 48.999.459 populares. Ou seja, quem le-

* Mestre e doutora em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e professora do Centro Universitário Ibero-Americano (UNIBERO).

var a Florida, vai à Casa Branca. Contudo, independentemente de quem ganhe seja pela recontagem dos votos da Flórida e a sua proclamação oficial, ou pela convocação de uma nova votação local (ou nacional até!), ou pela decisão judicial de referendar os votos a partir de projeções, ou pela eventualidade de uma anulação na eleição na Flórida e a eliminação destes votos no colégio eleitoral ou, por fim, pela anulação de todo colégio eleitoral levando à decisão para a Câmara dos Deputados, podemos apresentar conclusões sobre os perdedores e vencedores desta eleição 2000:

Perdedores

a) Al Gore e George W. Bush – ambos não motivaram o eleitorado. Apesar do sucesso econômico de Clinton, Gore não o capitalizou, tendo que disputar voto a voto o cargo com uma figura inexperiente e de habilidades duvidosas

como Bush, cujos maiores atrativos são a simpatia e capacidade de comunicação. Na primeira noite da apuração, um dos grandes fiascos foi o telefonema de Gore a Bush, admitindo a derrota, voltando atrás. Porém, nada se compara à arrogância de Bush três dias depois, afirmando já estar reunido e trabalhando com seu governo de transição apesar de não existir um resultado oficial. Até aqui, 10 de Novembro, Gore tem se mostrado mais responsável e presidencial. Todavia, o que predomina é um bate-boca generalizado. Merecem estar na lista dos constrangimentos a derrota de Gore em seu Estado natal Tennessee e a dificuldade de George Bush vencer na Flórida, governada por seu irmão, Jeb Bush. No caso do Tennessee, se Gore tivesse ganho, ele já estaria eleito sem precisar da Florida, atingindo 271 votos eleitorais (o Tennessee possui 11 cadeiras). Também podem ser questionadas táticas de campanha de Gore, principalmente a de afastar Clinton.

Assine a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI

Assinatura Anual (2 Edições)

Pessoa Física: R\$ 40,00 – Pessoa Jurídica: R\$ 60,00 – Exterior: US\$ 30,00

Envie o cupom de assinatura e a forma de pagamento escolhida (cheque ou cópia de depósito bancário) para:

Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI

Caixa Postal 4400 – 70919-970 – Brasília – DF – Brasil – Telefax: (55 61) 307 1655 – E-mail: ibri@unb.br

Cupom de Assinatura:

Nome: _____

Instituição: _____

CPF: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____

Tel.: () _____ Fax.: () _____

País: _____ E-mail: _____

Período de assinatura: () 1 ano () 2 anos () 3 anos () 4 anos () 5 anos

Envie junto com este cupom depósito bancário no valor da(s) assinatura(s) em favor do IBRI – Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, efetuado na conta 437552-1, agência 3603-X, Banco do Brasil.

b) O Processo Eleitoral – primeiro, o funcionamento do colégio pode, como no passado, ser responsável, por distorções ao não corresponder à vontade da população. Já não estaria na hora de garantir que o presidente da maior democracia do mundo fosse, de fato, eleito pelo povo? Segundo, revelou-se mais claramente a dificuldade que partidos fora da linha dominante, democrata e republicana, tem para participar. Terceiro, os meios de votação são ultrapassados, não se valendo da tecnologia eletrônica. Mais ainda, a apuração é lenta pois muitos eleitores votam pelo correio e no exterior.

c) Republicanos e Democratas – além das trocas de acusações pós-eleição, nenhum conseguiu grandes avanços. Os republicanos mantiveram uma maioria exígua na Câmara com 220 cadeiras, perdendo posições para os democratas com 211 e 2 independentes (no total são 435 lugares e ainda estão indefinidos 2). No Senado, somente saberemos o resultado ao se definir o presidente, estando na dependência de Lieberman, vice de Gore. No momento, 50 cadeiras são republicanas e 49 democratas (total de 100).

d) Os Meios de Comunicação – na avidéz por notícias, presos à instantaneidade, as informações equilibradas foram substituídas por previsões equivocadas. Ignorando os dados de pesquisas que indicavam empates técnicos em vários Estados, tais meios passaram a noite da eleição alternando o nome do vencedor, dependen-

do da tendência das apurações, acumulando-se retratações.

Vencedores

a) Bill Clinton- depois de ter sido descartado pelos estrategistas, teve que ser chamado às pressas na reta final, evitando o crescimento de Nader. A sua participação ativa na campanha de Hillary pelo Senado em NY prova a sua importância.

b) Hillary Rodham Clinton- pela primeira vez, uma primeira-dama chega a um cargo eletivo, Senadora pelo Estado de NY com 56% dos votos, destacando-se que seu marido ainda está no poder e o peso das crises de 1998/1999 envolvendo seu casamento e o processo de *impeachment*. Poucos escapam ilesos, colocando em jogo imagens tradicionais dos EUA, levantando hipóteses de uma crise constitucional. Em um cenário pessimista, ameaça-se a estabilidade política e econômica interna e global caso a indefinição persista. Domesticamente, corre-se o risco da paralisia, esperando-se que as lideranças impeçam a escalada da confrontação. Para os de fora, não somente existe a perplexidade, mas a percepção das contradições da potência hegemônica, pois parece se revelar que os americanos escondem, dentro de si, uma democracia que, muito freqüentemente, não é aquela que com tanta facilidade pregam ao exterior.



Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Editor: Antonio Jorge R. da Rocha

Editor-adjunto: Antônio Carlos Lessa

Conselho Editorial:

Alcides Costa Vaz, Amado Luiz Cervo, Estevão R. Martins, Francisco Doratioto, José Flávio S. Saraiva, Luiz Fernando Ligiéro, Argemiro Procópio Filho, Virgílio Caixeta Arraes.

Diagramação e Editoração Eletrônica: Samuel Tabosa de Castro – 9956-1028